

BRASÍLIA CONGELADA

A suspensão da URP do funcionalismo assusta o comércio

DF Às vésperas de seu 28º aniversário, Brasília, a capital administrativa do País, que hoje tem 1,8 milhão de habitantes, um terço dos quais diretamente dependentes dos salários pagos pelo governo federal, vive a perspectiva de uma crise econômica. Os motivos são, de um lado, o corte nos investimentos do governo e, de outro, a suspensão do pagamento da URP—Unidade de Referência de Preços ao funcionalismo, que deve reduzir, em dois meses, seu poder aquisitivo em mais de 40%.

As repercussões mais graves da atual política econômica serão sentidas em Brasília não só no orçamento familiar, mas também na economia do Distrito Federal, já que com a redução das vendas haverá uma diminuição na arrecadação de ICM e ISS, disse o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, explicando que, basicamente, em Brasília, existem funcionários públicos e comerciantes. Não existe ainda, no entanto, um estudo sobre os efeitos do fim da URP na economia da Capital Federal.

O Distrito Federal é composto por duas realidades bastante distintas: nas cidades-satélites, onde vivem 70% da população, concentram-se trabalhadores em empresas de prestação de serviço ou funcionários de nível médio, de renda mais baixa. Em Brasília (o Plano Piloto e os bairros do Lago) vivem aproximadamente 900 mil pessoas, responsáveis pela emissão de 83 mil dos 150 mil cheques compensados por mês no Distrito Federal. Segundo Nury Andraus, presidente da Associação Comercial do DF, o corte da URP nos salários desta população será um desastre.

Os efeitos das últimas medidas, entretanto, ainda não foram sentidos. O Carrefour do DF, por exemplo — uma das lojas da rede que, em todo o País, apresentou maior margem de lucro nos últimos três meses, tem registrado movimento normal nos últimos 15 dias segundo o gerente Celso Ricardo Carvalho Gomes. Não temos notado nem mesmo uma maior procura por produtos essenciais ou uma queda da venda dos supérfluos, disse ele. O presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos, Raimundo Nonato Cruz, tem uma explicação para o fato: o servidor público ainda não tomou consciência da redução de seu salário, porque ainda não recebeu o pagamento do mês de abril, e não precisou fazer compras com ele, argumentou. E, realmente, apesar de ser visível a insatisfa-



Maria dos Reis: preços altos, mas sem reclamações.



Plano Piloto: o maior movimento comercial.

ção dos funcionários — que reclamam abertamente em corredores e elevadores de ministérios —, todos afirmam ainda não ter alterado seu padrão de consumo: eu não tenho onde cortar, é a afirmação mais comum.

O fato é que, dentro do próprio funcionalismo, existem camadas bastante diferenciadas. Segundo dados da Secretaria de Administração Pública da Presidência (Sedap), dos 213 mil funcionários que vivem no DF, 70% recebe salários inferiores a Cz\$ 35 mil. Eles, que em geral moram em cidades-satélites, têm condução gratuita para ir ao serviço, e dispõem de restaurante no próprio ministério ou nos órgãos do Governo do Distrito Federal. Não compram roupas em butikues, não freqüentam restaurantes, não consomem supérfluos, não têm filhos em escolas particulares.

O grosso da economia da cidade, portanto, depende dos 30% de funcionários com salários que chegam a Cz\$ 300 mil. Entre 40% e 50% dos compradores de Brasília são funcionários públicos e, se for reduzido seu poder de compra, o impacto será fora do comum, avaliou Andraus.

Elliana Simonetti, AE/Brasília

Investimento na aparência

Há quem diga que Brasília é, no País, a cidade onde a aparência pessoal exerce maior influência no sucesso profissional. Nisso acreditam principalmente as mulheres, que gastam boa parte de seus salários em roupas e sapatos. Muitas das secretárias de gabinetes encontram uma saída econômica para manter seus postos sem grandes despesas: utilizam os serviços de costureiras, não somente para a confecção de roupas novas, mas também para reforma. Há, no entanto, quem compre em butikues sofisticadas, como a Gregório Faganello, onde uma funcionária de tribunal

superior pagou, à vista, na semana passada, Cz\$ 280 mil por algumas peças de roupas em promoção.

Existe ainda uma prática bastante difundida: a compra de roupas de vendedoras ambulantes, grande parte das vezes também funcionárias públicas, que visitam, ao final do mês, sala por sala os órgãos

do governo, com mercadorias trazidas de São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais. Como a venda de qualquer coisa nos ministérios é proibida, não é muito fácil encontrar uma destas vendedoras que esteja disposta a se identificar. Elas não têm dia certo para passar, e não deixam sequer seu telefone com a freguesia, mas são esperadas no final do mês, época de pagamento, quando é mais fácil receber prestações em atraso.

Uma secretária do Ministério da Justiça complementa seu salário desta forma. Ela recebe, por mês, Cz\$ 21 mil e, com a venda de roupas, consegue tirar outros Cz\$ 21 mil. "O problema é que o pessoal normalmente prefere comprar a prazo, em três vezes, e, freqüentemente, os pagamentos atrasam", contou. Ela vende, sempre para secretárias, todo tipo de roupa — para o trabalho ou para passeio —, com uma margem de lucro de 100%. "Mesmo assim vale a pena", disse uma compradora, justificando sua preferência pela facilidade da compra sem burocracia, com pagamento em três vezes, e no próprio local de trabalho, sem que seja preciso um tempo para a procura em lojas. "Ainda não foi possível perceber uma redução nas compras", disse a vendedora, explicando que, no final do mês, "certamente, vai haver gente reclamando dos preços, que não estão congelados".

Como as secretárias de baixo poder aquisitivo, também as altas funcionárias da administração pública ainda não reduziram suas compras em decorrência do congelamento da URP. São elas as responsáveis por 80% do movimento da loja Gregório Faganello em Brasília, por exemplo, que, com confecção própria, trabalha somente com seda, linho, crepe e lã. Localizada no Park Shopping, a loja é uma das mais sofisticadas em matéria de roupas finas. Segundo a gerente, Maria dos Reis Pires Maciel, que está há seis anos em Brasília, não houve, nos últimos dias, qualquer reclamação contra os preços ou contra a redução dos salários do funcionalismo.

(E.S.)